

8. Media e violência sexual contra crianças: desafios para uma cobertura noticiosa baseada nos direitos infantis

Lídia Marôpo

Tenho investigado diversos aspetos da relação entre crianças e media, com especial destaque para a cobertura noticiosa, geralmente, numa perspetiva comparada entre Brasil e Portugal. O que trago aqui são reflexões resultantes da minha tese de doutoramento em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa (2010) e de inúmeros trabalhos publicados posteriormente. A minha ideia é apresentar uma análise aplicada, referindo um conjunto de desafios centrais para melhorar a cobertura jornalística sobre violência sexual contra crianças, tendo em conta os seus direitos.

A cobertura noticiosa promove a visibilidade de problemas e de grupos sociais, contribuindo significativamente para a construção social da realidade. O tema aqui em questão, a violência sexual contra crianças, por exemplo, era praticamente invisível há algumas décadas (Cricher 2002; Ponte 2005). Em inúmeros países, a partir de denúncias de abusos e outros crimes no seio da Igreja Católica, que alcançaram enorme repercussão mediática e comoção social, o tema ganhou visibilidade pública.

Em Portugal, o chamado Caso Casa Pia pode ser considerado um divisor de águas na cobertura sobre a temática. As denúncias de abusos sexuais contra crianças e jovens do sexo masculino numa instituição estatal de acolhimento, envolvendo autoridades e figuras conhecidas do grande público, vieram a público em setembro de 2002 e receberam enorme atenção mediática. Em setembro de 2010,

seis arguidos foram condenados pela Justiça após um longo processo judicial que recebeu intensa atenção mediática.

Ao analisar a mediatização do Caso Casa Pia e a sua influência no discurso noticioso, Sousa (2006, 128-129) concluiu que “o esforço de contextualização da violência sexual contra crianças nos jornais foi efêmero, mais impulsionado pela notoriedade dos arguidos do que pelo género de criminalidade em questão, e que os princípios éticos da cobertura da violência sexual sobre menores continuam a ser pouco aplicados pelos jornalistas, especialmente nas notícias singulares, de âmbito local, que envolvem vítimas e agressores anónimos”.

Para a autora, as falhas éticas do jornalismo devem-se tanto a condições internas de produção (falta de conhecimento, de tempo, de recursos humanos e económicos) quanto a condições externas (investimento tardio da justiça portuguesa nos direitos da criança e à frágil atividade da sociedade civil na área da infância). A investigadora sugere que o correto tratamento noticioso da temática exige “o esforço conjunto e organizado de vários campos sociais e não apenas o empenho isolado de cada jornalista” (Sousa 2006, 129).

Concordamos sem reservas com a necessidade de um esforço conjunto para melhorar a cobertura noticiosa sobre a violência sexual contra crianças e, nesta perspetiva, apontamos responsabilidades aos jornalistas, mas também a todos os atores sociais que direta ou indiretamente lidam com o problema, dentre estes a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, organizações não-governamentais de defesa dos direitos das crianças e de apoio às vítimas de crimes sexuais.

Mas antes de falar dos desafios, é preciso reconhecer um aspeto extremamente positivo devido ao crescimento da visibilidade mediática da violência sexual contra crianças em Portugal. Apesar de muitas críticas que possamos fazer ao tratamento noticioso, a forte emergência nos *media* nas últimas décadas possibilitou um reconhecimento da questão como um problema público. O assunto, antes restrito à esfera privada, passou a ser um tema de debate social. Diversas evidências levam-nos a crer que a grande visibilidade mediática do Caso Casa Pia levou a um aumento de denúncias deste tipo de crime e a uma maior preocupação pública com os abusos sexuais de crianças e jovens (Marôpo 2013).

Por outro lado, um tratamento noticioso que proteja e promova os direitos das crianças nesta matéria ainda é um desafio a alcançar. Segundo a Convenção sobre os Direitos das Crianças das Nações Unidas de 1989, documento com força de lei no plano jurídico internacional, do qual Portugal (e quase a totalidade dos países do mundo) é signatário, são crianças todos os seres humanos com menos de 18 anos de idade (aproximadamente 37% da população mundial) e estes têm direito a uma representação mediática que respeite a sua condição de cidadãos em fase especial de desenvolvimento. Neste sentido, apontamos a seguir um conjunto de oito desafios.

Desafio 1 – Proteger a identidade das crianças

A preservação da identidade das crianças em situação de risco ou que possa causar prejuízos ao seu desenvolvimento saudável é um desafio fulcral insistentemente referido em diretrizes internacionais para uma cobertura jornalística que proteja e promova os direitos infantis (Hammarberg 1997; Save the Children 1998; FIJ 1997; FIJ e Unicef 1998; FIJ 2001, 2002; Andi 2003, 2005).

A partir de entrevistas com dez jornalistas e dez fontes de informação, também concluímos que esta é uma preocupação central na cobertura sobre esse grupo

social em Portugal (Marôpo 2011, 2013). No país, o Código Deontológico dos Jornalistas (revisto em 2017) afirma, no seu artigo 8.º, que o jornalista não deve identificar, direta ou indiretamente, as vítimas de crimes sexuais ou *menores* (grifo nosso) vítimas ou autores de atos que a lei qualifica como crime. O mesmo artigo afirma que “o jornalista deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor.” A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco salienta o predomínio do princípio da privacidade em situação de risco social estabelecendo o respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da vida privada (Ponte, Afonso e Pacheco 2008). Este documento legal estabelece que os meios de comunicação social, sempre que divulguem situações de crianças ou jovens em perigo, não podem identificar, transmitir elementos, sons ou imagens que permitam a sua identificação.

As referidas leis e diretrizes promoveram uma maior atenção à privacidade em situações potencialmente prejudiciais (Marôpo e Pacheco 2015), especialmente em casos de violência sexual. No entanto, ainda é possível encontrar marcas que permitem a identificação de crianças em situações de risco no discurso noticioso, especialmente quando este se refere a crianças que vivem distantes do campo de atuação dos media em questão ou em condições de vulnerabilidade social (Marôpo 2013).

No caso da cobertura sobre violência sexual, esta identificação acontece geralmente de forma indireta. Por exemplo, quando a peça jornalística exhibe imagens da rua onde a criança mora, da fachada da casa ou da escola onde estuda. Também quando expõe familiares ou o abusador (nos casos em que este é alguém próximo da vítima). Não basta omitir o nome ou a imagem das crianças, é preciso evitar divulgar qualquer informação que possibilite a identificação, tendo especial atenção às ‘crianças dos outros’ (Ponte 2007).

Desafio 2 - Evitar a estigmatização

Ponte (2007) identifica tratamentos noticiosos diferenciados consoante os meios socioeconómicos e culturais dos quais as crianças fazem parte. A autora denomina como ‘as nossas crianças’ aquelas que recebem tratamento noticioso como se fossem potencialmente filhos ou parte da família da audiência dos media. Deste modo, são representadas nas notícias como fonte de preocupação e ansiedade em relação à sua segurança nos ambientes que frequentam, especialmente a escola e a comunidade.

Por outro lado, as ‘crianças dos outros’ (marcadas por uma distância geográfica, cultural ou socioeconómica em relação à audiência mediática) são aquelas representadas a partir do perigo longínquo de que podem ser vítimas ou são elas próprias ameaças à sociedade. Estas crianças ‘distantes’ são mais facilmente suscetíveis de serem identificadas ou tratadas de maneira estigmatizante.

Neste sentido, a violência sexual com fins comerciais em países distantes do Sul é facilmente denominada ‘prostituição infantil’, em peças noticiosas nas quais as crianças deixam de ser vítimas de violência sexual para serem representadas como agentes da situação que se deixam seduzir pelo dinheiro fácil da prostituição (Ponte, Afonso, Pacheco 2007). Estas crianças também são mais facilmente identificadas porque os cuidados em ocultar os nomes e rostos podem não ser suficientes, quando são descritos detalhes das vidas das “personagens” ou quando imagens revelam roupas, tatuagens ou outras marcas que podem facilitar o reconhecimento.

Em contraponto a este enquadramento, Andi (2007) recomenda evitar o sensacionalismo que estigmatiza a pessoa vitimada e descrições minuciosas da violência sexual. Sugere o uso do termo ‘exploração sexual’ em substituição a ‘prostituição infantil’ e ressalta a importância de o jornalista monitorar os

resultados das denúncias, incluindo o encaminhamento jurídico do explorador e o atendimento psicossocial da criança vitimada.

Desafio 3: ultrapassar a perspetiva factual

A cobertura sobre violência sexual contra crianças é frequentemente marcada pelo que Ponte e Afonso (2009) chamam de ‘notícias de série’. São pequenas peças e sem destaque, elaboradas com recurso a procedimentos jornalísticos de rotina, com ausência ou número escasso de fontes e sem conexão com o restante noticiário. São aquelas que dão conta de ‘alegados pedófilos detidos’ num noticiário breve, policial e de repetição. Este é o principal padrão encontrado na análise da cobertura sobre esta e outras temáticas do risco social na infância pelo projeto de investigação *Crianças e Jovens em Notícia*, coordenado pela professora Cristina Ponte, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. Foram analisados mais de seis mil itens noticiosos (peças de informação e opinião) dos jornais *Diário de Notícias*, *Público*, *Correio da Manhã* e *Jornal de Notícias* de 2005 e os resultados são muito próximos ao que tinha sido encontrado numa análise similar realizada em 2000.

No final de 2017, fiz uma busca pelos termos ‘abuso sexual’ e ‘violência sexual’ e ‘crianças’ no Google Notícias e o cenário é o mesmo. O que aparecia quase de forma exclusiva nas várias páginas do motor de busca eram títulos noticiosos como ‘PJ deteve suspeito de abuso sexual a criança em Viana do Castelo’ (TVI 24, 16 de junho de 2017). Este tipo de abordagem tende inevitavelmente a fazer parte da rotina jornalística porque são conteúdos produzidos de forma rápida e com baixo custo (os dados são disponibilizados regularmente por fontes policiais). O enquadramento mais comum das notícias sobre a temática parece não ter mudado entre 2000, 2005 e 2017.

Em geral, é uma cobertura extremamente factual, que se restringe ao acontecimento, frequentemente a detenção do alegado pedófilo, promovendo o que Bennett (2007) chama de ‘síndrome da autoridade-desordem’: notícias que dão conta de um mundo onde a ordem foi ameaçada e a questão central é se as autoridades são capazes de restaurá-la. Este binómio redutor ordem-desordem na cobertura sobre crianças é marcado por ‘discursos do medo’ (Altheide 2002) promotores de ‘pânico moral’ (Cohen 1980) e de estereótipos como a caracterização demoníaca do pedófilo (Cricher 2002). Torna-se mais limitada, então, a possibilidade de análises aprofundadas e pluralistas sobre questões relacionadas com a violência que atinge às crianças (Marôpo 2013). Nesta perspectiva, o desafio para jornalistas e fontes de informação ativistas dos direitos infantis é promover o tratamento noticioso da violência sexual contra crianças enquanto problemática, ultrapassando uma cobertura restrita ao factual.

Desafio 4 - Promover a pluralidade de fontes

Ultrapassar este registo meramente factual também impõe um outro desafio: incluir diferentes pontos de vista no debate. No entanto, uma boa parte da cobertura jornalística sobre violência sexual contra crianças ouve uma única fonte: a polícia.

Defendemos que ouvir variados campos sociais, que tenham perspectivas também diversas sobre a infância e as questões que lhes dizem respeito, é tarefa fundamental dos jornalistas quando estão a cobrir quaisquer temáticas relacionadas às crianças. No entanto, em tempos de crise do jornalismo, quando os profissionais da notícia são pressionados para produzir sempre mais informação em menos tempo, acredito que superar este desafio está igualmente nas mãos das fontes de informação.

Neste sentido, apresentamos um conjunto de desafios para a sociedade civil organizada e entidades governamentais que atuam na área da infância para uma melhor atuação enquanto fontes de informação com vista a promover a pluralidade de pontos de vista no discurso jornalístico (Marôpo 2013):

1. Mostrar abertura e disponibilidade para os jornalistas, numa postura pró-ativa de diálogo a partir de uma atitude pedagógica sobre os termos e conceitos relacionados com as crianças.
2. Investir num melhor conhecimento sobre o processo de produção do discurso noticioso, a partir de uma gestão profissionalizada da comunicação (quando possível) capaz de planejar ações que se inserem nos critérios de noticiabilidade e de produzir dados consistentes e confiáveis.
3. Procurar estabelecer contactos mais próximos, individualizados e contínuos com os jornalistas, que permitam uma aprendizagem mútua, a par da atividade prática e diária do jornalismo.
4. Advertir os jornalistas e os media sobre o desrespeito pelos direitos infantis nas notícias, denunciar e tomar medidas formais em caso de reincidência; reconhecer e elogiar publicamente os acertos da cobertura no que diz respeito à proteção e promoção destes direitos.
5. Construir, em conjunto com os jornalistas, orientações (bem como divulgar amplamente as já existentes) para um tratamento noticioso que proteja e promova os direitos das crianças.
6. Facilitar o acesso dos jornalistas às crianças quando possível e divulgar o ponto de vista infantil nos seus relatórios e outros documentos.
7. Criar prémios de jornalismo e títulos de jornalista amigo da criança, promover formações para profissionais e estudantes da área, procurar um diálogo com editores e diretores dos veículos de media, dentre outras

ações capazes de divulgar e promover os direitos infantis no campo mediático.

Desafio 5 - Privilegiar o ponto de vista das crianças

Complementarmente ao desafio de fomentar uma maior pluralidade de fontes, propomos também privilegiar o ponto de vista das crianças nessa cobertura, promovendo o seu reconhecimento enquanto grupo capaz de contribuir de forma valorosa para o debate social.

Tendo em conta que a prioridade deve ser sempre a segurança e o bem-estar físico e psicológico das crianças, sabemos que, em princípio, não seria benéfico para sobreviventes de violência sexual falar diretamente com os jornalistas. Fullerton (2004) alerta que é fundamental refletir sobre as possíveis consequências de uma entrevista para as crianças.

Neste sentido, há outras formas de incluir o ponto de vista infantil nesta cobertura. Como dito anteriormente, as instituições poderiam divulgar, preservando o anonimato, as reflexões das crianças sobre os abusos que sofreram e a sua luta para superá-los (privilegiando sempre uma perspectiva de superação do problema e não de mera exploração de aspetos emocionais ou descrições sobre a violência sofrida). Esta seria uma possibilidade para contrapor o padrão ‘adultocêntrico’ nas notícias. O conceito desenvolvido pela organização Save the Children afirma que as sociedades continuam a ser organizadas exclusivamente por adultos, conduzidas somente por eles, a partir do seu ponto de vista e em função de seus objetivos e necessidades. A ideia seria, ao mesmo tempo, garantir o direito à proteção e promover o direito das crianças a serem ouvidas e a terem a sua opinião levada em conta nos assuntos que lhes dizem respeito (artigo 12.º da Convenção sobre os Direitos das Crianças), contrariando o silenciamento das suas vozes no discurso noticioso denunciado por inúmeros autores (Andi 2003; Muleiro 2006; Morigi, Rosa e Meurer 2007; Ponte e Afonso 2009 e Marôpo 2015).

Destacar o ponto de vista das crianças é também discutir o direito das crianças a serem informadas sobre a violência sexual. Os dados demonstram que boa parte dos abusos ocorrem entre os 8 e os 12 anos. São crianças que, se tivessem uma educação escolar mais proativa sobre o problema, por exemplo, se sentiriam melhor apoiadas para denunciar a violência que sofrem. Em outras palavras, é dever do jornalismo analisar o papel da escola e do sistema de proteção na prevenção da violência sexual.

Desafio 6 - Promover enquadramentos público-políticos

A necessidade de um debate mais contextualizado sobre a violência sexual contra crianças enquanto problemática (desafio 3), a necessidade de uma maior pluralidade de fontes (desafio 4) e de privilegiar o ponto de vista das crianças (desafio 5) leva-nos a outro desafio: a promoção do que chamo de enquadramento público-político. Esta perspectiva é um contraponto às ‘notícias de série’ (Ponte e Afonso 2009), à ‘síndrome da autoridade-desordem’ (Bennet 2007) e também ao tratamento privado e individual que frequentemente encontramos em histórias emotivas de interesse humano sobre crianças, especialmente as notícias que envolvem vítimas de maus-tratos (Marôpo 2012).

O desafio é ultrapassar uma cobertura restrita ao factual e discutir a violência sexual contra crianças como um problema digno de atenção pública e política. Quais são as possíveis causas do problema? Em que circunstâncias acontece? O que poderia ser feito para evitá-lo? Quais são as consequências para as crianças sobreviventes? Como estas são acompanhadas? Como funcionam as políticas públicas nesta área? Qual o papel dos diversos atores envolvidos na questão (governo, famílias, escolas etc.)? Como o problema tem evoluído ao longo do tempo? Questões fundamentais para o debate social que o enquadramento jornalístico público-político deve procurar responder, equilibrando a emoção

geralmente envolvida quando as crianças são o foco de atenção noticiosa com informação contextualizada e analítica que aponte caminhos para solucionar ou minimizar o problema.

Desafio 7 - Promover a ‘busca de soluções’

Isto leva-nos a um conceito muito útil para a cobertura jornalística sobre crianças: a ‘busca de soluções’, o nosso sétimo desafio. Desenvolvido pela Andi – Comunicação e Direitos (antiga Agência de Notícias dos Direitos das Crianças), organização não-governamental brasileira que atua em rede em 12 países da América Latina, o conceito refere-se a peças jornalística que (Andi 2005):

- 1) revelem projetos sociais bem-sucedidos;
- 2) representem investigação com foco na denúncia, mas incluindo factos ou ideias que remetam o leitor para a reflexão sobre soluções;
- 3) apresentem debates entre setores diversos da sociedade;
- 4) esclareçam aspetos legais ou projetos de lei aprovados;
- 5) forneçam resultados de pesquisas no terreno, produzidas por entidades civis ou governamentais;
- 6) cooperem com esforços de campanhas na área da assistência social;
- 7) enfatizem, em editoriais ou artigos, as soluções existentes ou a necessidade de busca de soluções.

Pode ser difícil, ou mesmo inviável, para os jornalistas produzirem todas as peças segundo estes critérios, mas se esse guião fosse seguido com mais frequência seria certamente um ganho enorme para a promoção e proteção dos direitos das crianças no discurso noticioso.

Desafio 8 - Promover os direitos da criança como norma para o jornalismo

Para fechar, propomos um último desafio, que seria uma síntese dos anteriores: promover os direitos das crianças como referencial ético para o tratamento jornalístico (e mediático em geral) de questões relacionadas à população com idade inferior a 18 anos.

Neste sentido, a Convenção sobre os Direitos da Criança traz, pelo menos, seis artigos que importam diretamente para a relação entre os *media* e as crianças:

- Não discriminação (artigo 2): os direitos aplicam-se a todas as crianças (0 – 18 anos), sem exceção, por isso não há justificção para enquadramentos estigmatizantes relacionados com a origem nacional, étnica ou social.
- Superior interesse da criança (artigo 3): é crucial levar em consideração potenciais consequências negativas para o desenvolvimento da criança.
- Opinião da criança e liberdade de expressão (artigos 12 e 13): a criança tem o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe digam respeito e de ver essa opinião tomada em consideração e tem também o direito de procurar, receber e expandir informações. Neste sentido, o seu ponto de vista deve sempre ser levado em consideração pelos jornalistas e demais profissionais dos *media*.
- Privacidade (artigo 16): a criança tem o direito de ser protegida contra intromissões na sua vida privada, na sua família, residência e correspondência, e contra ofensas ilegais à sua honra e reputação. O artigo legitima a preocupação central com a privacidade das crianças

em situações que possam causar constrangimentos ou prejuízos ao seu desenvolvimento.

- Informação de fontes diversificadas (artigo 17): a criança tem direito a acessar materiais provenientes de fontes diversas; os media devem difundir informação que seja de interesse social e cultural para a criança, que deve ser protegida contra materiais prejudiciais ao seu bem-estar. Neste sentido, os media devem levar em consideração a qualidade das informações e conteúdos que divulgam.

As prioridades comerciais dos media, os constrangimentos diários da produção jornalística (como tempo, espaço e investimento), bem como a falta de reconhecimento dos direitos das crianças e o próprio estatuto minoritário destas são constrangimentos para que este enquadramento dos direitos seja um referencial amplamente utilizado. No entanto, acreditamos que muitos avanços já foram feitos para que os problemas que afetam as crianças, como a violência sexual, não sejam percebidos meramente como um assunto individual das famílias, mas sim como questões que apelam a uma responsabilidade coletiva e que, portanto, devem ser debatidas pública e politicamente. Os media, sem dúvida, têm um papel central neste processo.

Referências

- Altheide, D. 2002. Children and the discourse of fear. *Symbolic Interaction* 25 (2): 229-250.
- Andi. 2003. *Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira. Relatório 2002/2003*. Brasília: Andi.
- Andi. 2005. *Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira. Relatório 2003/2004*. Brasília: Andi.
- Andi. 2007. *Exploração sexual de crianças e adolescentes – Guia de referência para a cobertura jornalística*. Brasília: Andi.
- Bennett, W. L. 2007. *News – The politics of illusion*. Nova Iorque: Pearson Longman.
- Cohen, S. 1980. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. Oxford: Martin Robertson.

- Critcher, C. 2002. Media, government and moral panic: the politics of paedophilia in Britain 2000-1. *Journalism Studies*, 3 (4): 523-535.
- FIJ, Federação Internacional dos Jornalistas. 1997. *Information and child rights: the challenge of media engagement*. Editado por Jempson, M. e Norris, B. Bruxelas: IFJ e Media Wise.
- FIJ, Federação Internacional dos Jornalistas. 2001. *Children's rights and media: guidelines and principles for reporting on issues involving children*. Bruxelas: FIJ.
- FIJ, Federação Internacional dos Jornalistas. 2002. *Child rights and the media – Putting children in the right. Guidelines for journalists and media professionals*. Bruxelas: IFJ.
- FIJ, Federação Internacional dos Jornalistas e Unicef/Fundo das Nações Unidas para a Infância. 1998. *Prime time for children: media, ethics and reporting of Commercial Sexual Exploitation*. Editado por White, A. e Holman, K. Bruxelas: IFJ e Unicef.
- Fullerton, R. S. 2004. Covering kids: are journalists guilty of exploiting children? *Journalism Studies*, 5 (4): 511-524.
- Hammarberg, T. 1997. Children, the UN Convention and the media. *The International Journal of Children's Rights*, 5: 243-261.
- Marôpo, Lidia. 2013. *Jornalismo e Direitos da Criança – Conflitos e Oportunidades em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Marôpo, Lidia. 2015. Crianças como fontes de informação: um desafio de inclusão para o jornalismo. *Revista Vozes e Diálogo*, 14 (2): 5 - 15.
- Marôpo, Lidia. 2011. Representações jornalísticas de crianças no Brasil e em Portugal: um debate sobre os direitos infantis nas notícias. *Revista de Humanidades (UNIFOR)*, 27: 44-57.
- Marôpo, Lidia. 2011. Jornalistas e fontes de informação: constrangimentos e oportunidades para o agendamento dos direitos das crianças em Portugal e no Brasil. *Estudos em Comunicação/Communication Studies*, 9: 81-102.
- Marôpo, Lidia. 2012. Anjos ou demónios? Crianças, jovens e crimes nos media. Um debate sobre a ética jornalística e os direitos infantis. *Comunicação & Cultura*, 14: 207-225.
- Marôpo, L.; Pacheco, L. 2015. Representações de Crianças e Jovens nas Notícias: o cenário português. In ed. Barbalho, A. e Marôpo, L. *Infância, Juventude e Mídia - Olhares Luso-brasileiros*. Fortaleza: EdUECE.
- Morigi, V. J.; Rosa, R.; Meurer, F. 2007. *Mídia e representações da infância: narrativas contemporâneas*. Curitiba: Champagnat; Porto Alegre: UFRGS.
- Muleiro, H. 2006. *Al margen de la agenda – Noticias, discriminación y exclusión*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Ponte, C.; Afonso, B. 2009. Crianças e Jovens em Notícia - Análise da cobertura jornalística em 2005. In Ponte, C. *Crianças e Jovens em Notícia*, 29 - 44. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ponte, C. 2005. *Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)*. Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais.

- Ponte, C. 2007. "Os nossos filhos e os filhos dos outros: Linguagens jornalísticas na imprensa". *Atas do I Congresso Internacional sobre Intervenção com Crianças, Jovens e Família*. Braga.
- Ponte, C; Afonso, B. 2009. Crianças e Jovens em Notícia – Análise da cobertura jornalística. In Ponte, C. (ed.). *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ponte, C; Afonso, B; Pacheco, R. 2007. "Crianças e Jovens em Noticiários de Horário Nobre". Atas do V Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação - Comunicação e Cidadania, Braga.
- Save the Children. 1998. *Interviewing Children – A guide for journalists and others*. Londres: Save the Children.
- Sousa, D. 2006. A violência sexual contra crianças na imprensa: um estudo de caso sobre a mediatização “Casa Pia”. *Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação – Estudos dos Media e do Jornalismo*. Universidade Nova de Lisboa. Portugal.